



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais



CONCURSO PÚBLICO

Edital nº 01/2005

TÉCNICO JUDICIÁRIO

TÉCNICO JUDICIÁRIO

Código 103

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO.

Este caderno contém as provas de **Língua Portuguesa, Noções de Direito e Conhecimentos Específicos**.

Use como rascunho a **Folha de Respostas** reproduzida no fim deste caderno.

Ao receber a **Folha de Respostas**:

- . Confira seu nome, seu número de inscrição e o cargo de opção.
- . Assine, **A TINTA**, no espaço próprio indicado.

Ao transferir as respostas para a **Folha de Respostas**:

. Use **apenas caneta esferográfica azul ou preta**.

. Preencha, sem forçar o papel, toda a área reservada à letra correspondente à resposta solicitada em cada questão.

. Assinale somente **uma** alternativa em cada questão. Sua resposta **não** será computada se houver marcação de duas ou mais alternativas.

. **NÃO DEIXE NENHUMA QUESTÃO SEM RESPOSTA.**

. A **Folha de Respostas** não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.

CUIDE BEM DELA, ELA É A SUA PROVA.

NO PERÍODO PREVISTO PARA A REALIZAÇÃO DESTES CONJUNTO DE PROVAS, ESTÁ INCLUÍDO O TEMPO NECESSÁRIO À TRANSCRIÇÃO DAS RESPOSTAS PARA A **Folha de Respostas**.

	A	B	C	D
01	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

DURAÇÃO TOTAL DAS PROVAS: QUATRO HORAS



Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa

A T E N Ç Ã O

Senhor(a) Candidato(a),

Antes de começar a fazer a prova, confira se este caderno contém, ao todo, **60 (sessenta) questões de múltipla escolha** — cada uma constituída de **4 (quatro) alternativas** —, assim distribuídas: **18 (dezoito) questões de Língua Portuguesa, 20 (vinte) questões de Noções de Direito e 22 (vinte e duas) questões de Conhecimentos Específicos.**

Havendo algum problema, informe-o *imediatamente* ao aplicador de provas, para que ele tome as providências necessárias.

Caso V.Sa. não observe essa recomendação, *não lhe caberá qualquer reclamação ou recurso posteriores.*

➤ **Língua Portuguesa**

INSTRUÇÃO: As questões de **01** a **18** relacionam-se com o texto abaixo. Leia atentamente todo o texto antes de responder a elas.

HISTÓRIA DA CIDADANIA

(Introdução)

Afinal, o que é ser cidadão?

Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não
5 asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranqüila. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais. [...]

Cidadania não é uma definição estanque, mas um conceito histórico, o que
10 significa que seu sentido varia no tempo e no espaço. É muito diferente ser cidadão na Alemanha, nos Estados Unidos ou no Brasil (para não falar dos países em que a palavra é tabu), não apenas pelas regras que definem quem é ou não titular da cidadania (por direito territorial ou de sangue), mas também pelos direitos e deveres distintos que caracterizam o cidadão em cada um dos Estados-
15 nacionais contemporâneos. Mesmo dentro de cada Estado-nacional, o conceito e a prática da cidadania vêm se alterando ao longo dos últimos duzentos ou trezentos anos. Isso ocorre tanto em relação a uma abertura maior ou menor do estatuto de cidadão para sua população (por exemplo, pela maior ou menor incorporação dos imigrantes à cidadania), ao grau de participação política de diferentes grupos (o
20 voto da mulher, do analfabeto), quanto aos direitos sociais, à proteção social oferecida pelos Estados aos que dela necessitam.

A aceleração do tempo histórico nos últimos séculos e a conseqüente rapidez das mudanças faz com que aquilo que, num momento, podia ser considerado subversão perigosa da ordem, no seguinte, seja algo corriqueiro, “natural” (de fato,
25 não é nada natural, é perfeitamente social). Não há democracia ocidental em que a mulher não tenha, hoje, direito ao voto, mas isso já foi considerado absurdo, até muito pouco tempo atrás, mesmo em países tão desenvolvidos da Europa como a Suíça. Esse mesmo direito ao voto já esteve vinculado à propriedade de bens, à titularidade de cargos ou funções, ao fato de se pertencer ou não a determinada
30 etnia, etc. Ainda há países em que os candidatos a presidente devem pertencer a determinada religião (Carlos Menem se converteu ao catolicismo para poder governar a Argentina), outros em que nem filho de imigrante tem direito a voto e por aí afora. A idéia de que o Poder Público deve garantir um mínimo de renda a todos os cidadãos e o acesso a bens coletivos, como saúde, educação e
35 previdência, deixa ainda muita gente arrepiada, pois se confunde facilmente o simples assistencialismo com dever do Estado.

Não se pode, portanto, imaginar uma seqüência única, determinista e necessária para a evolução da cidadania em todos os países. [...] Isso não nos
40 permite, contudo, dizer que inexistente um processo de evolução que marcha da ausência de direitos para sua ampliação, ao longo da história.

A cidadania instaura-se a partir dos processos de lutas que culminaram na Declaração dos Direitos Humanos, dos Estados Unidos da América do Norte, e na Revolução Francesa. Esses dois eventos romperam o princípio de legitimidade que vigia até então, baseado nos deveres dos súditos, e passaram a estruturá-lo com
45 base nos direitos do cidadão. Desse momento em diante, todos os tipos de luta foram travados para que se ampliasse o conceito e a prática de cidadania e o mundo ocidental os estendesse para mulheres, crianças, minorias nacionais, étnicas, sexuais, etárias. Nesse sentido, pode-se afirmar que, na sua acepção mais ampla, cidadania é a expressão concreta do exercício da democracia.

Questão 01

“Afinal, o que é ser cidadão?” (linha 1)

É **CORRETO** afirmar que a resposta a essa pergunta, que introduz o texto, é construída sob a forma de uma

- A) admoestação.
- B) citação.
- C) definição.
- D) reiteração.

Questão 02

“Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais...” (linhas 4-5)

Com base na leitura do texto, é **CORRETO** afirmar que, nessa frase, se confere aos direitos sociais, numa democracia, **principalmente**, um papel

- A) coadjuvante.
- B) essencial.
- C) expressivo.
- D) intermediário.

Questão 03

“Cidadania não é uma definição estanque, mas **um conceito histórico...**” (linha 9)

Com base na leitura do texto, é **CORRETO** afirmar que a expressão destacada nessa frase autoriza considerar-se cidadania como um conceito

- A) absoluto.
- B) indefinido.
- C) ilimitado.
- D) relativo.

Questão 04

Considerando-se as informações do texto, é **CORRETO** afirmar que a prática da cidadania **NÃO** é

- A) diferenciada.
- B) evolutiva.
- C) homogênea.
- D) multifacetada.

Questão 05

“Esse mesmo direito ao voto já esteve vinculado à propriedade de bens, à titularidade de cargos ou funções, ao fato de se pertencer ou não a determinada etnia, etc.” (linhas 28-30)

É **CORRETO** afirmar que as informações contidas nesse trecho permitem inferir que as instituições políticas *nem sempre* são

- A) confiáveis.
- B) exequíveis.
- C) imutáveis.
- D) presumíveis.

Questão 06

“Isso não nos permite, contudo, dizer que inexistiu um processo de evolução que marcha da ausência de direitos para sua ampliação, ao longo da história.” (linhas 38-40)

É **CORRETO** afirmar que as informações contidas nesse trecho são, *no texto*,

- A) criticadas.
- B) fundamentadas.
- C) refutadas.
- D) subestimadas.

Questão 07

“Esses dois eventos romperam o princípio de legitimidade que vigia até então, baseado nos deveres dos súditos, e passaram a estruturá-lo com base nos direitos do cidadão.” (linhas 43-45)

Com base nas informações desse trecho, é **CORRETO** afirmar que os direitos de cidadania orientam um processo de

- A) elitização.
- B) hierarquização.
- C) moderação.
- D) modernização.

Questão 08

“... todos os tipos de luta foram travados para que se ampliasse o conceito e a prática de cidadania...” (linhas 45-46)

Com base na leitura desse trecho, é **CORRETO** afirmar que o conceito e a prática de cidadania podem ser considerados

- A) ambíguos.
- B) contraditórios.
- C) deterministas.
- D) dinâmicos.

Questão 09

“... pode-se afirmar que, na sua acepção mais ampla, cidadania é a expressão concreta do exercício da democracia.” (linhas 48-49)

É **CORRETO** afirmar que as informações contidas nessa frase permitem inferir que cidadania e democracia se

- A) excluem.
- B) implicam.
- C) parecem.
- D) projetam.

Questão 10

“A idéia de que o Poder Público deve garantir um mínimo de renda a todos os cidadãos [...] deixa ainda *muita gente arrepiada...*” (linhas 33-35)

É **CORRETO** afirmar que, nessa frase, a expressão destacada configura o emprego de uma linguagem

- A) erudita.
- B) figurada.
- C) hermética.
- D) incorreta.

Questão 11

“É também participar no destino da sociedade, *votar, ser votado*, ter direitos políticos.” (linhas 3-4)

É **CORRETO** afirmar que, quanto ao seu emprego, as *duas* formas verbais destacadas diferem

- A) na pessoa.
- B) na voz.
- C) no modo.
- D) no tempo.

Questão 12

“Cidadania não é uma definição estanque, *mas* um conceito histórico...” (linha 9)

É **CORRETO** afirmar que, nesse período, a palavra destacada estabelece entre as orações uma relação de

- A) alternância.
- B) comparação.
- C) concomitância.
- D) oposição.

Questão 13

“É muito diferente ser cidadão na Alemanha, [...] ou no Brasil [...] *não apenas* pelas regras que definem quem é ou não titular da cidadania [...] *mas também* pelos direitos e deveres distintos que caracterizam o cidadão em cada um dos Estados-nacionais contemporâneos.” (linhas 10-15)

É **CORRETO** afirmar que, nesse período, as expressões destacadas estabelecem entre orações uma relação de

- A) adição.
- B) causalidade.
- C) conformação.
- D) finalidade.

Questão 14

“Não se pode, **portanto**, imaginar uma seqüência única [...] para a evolução da cidadania em todos os países.” (linhas 37-38)

É **CORRETO** afirmar que, nessa frase, a palavra destacada veicula um sentido de

- A) concessão.
- B) conclusão.
- C) consecução.
- D) explicação.

Questão 15

“Esses dois eventos romperam o princípio de legitimidade que vigia até então, baseado nos deveres dos súditos, e passaram a estruturá-lo com base nos direitos do cidadão.” (linhas 43-45)

Considerando-se as formas verbais presentes nesse período, é **CORRETO** afirmar que

- A) uma delas pertence a verbo da terceira conjugação.
- B) duas delas pertencem a verbos da segunda conjugação.
- C) três delas estão empregadas em formas de plural.
- D) todas elas estão empregadas em tempo pretérito.

Questão 16

Assinale a alternativa em que, na frase transcrita, a palavra destacada se classifica como pronome relativo.

- A) “A aceleração do tempo histórico [...] faz com **que** aquilo que, num momento, podia ser considerado subversão perigosa da ordem, no seguinte, seja algo corriqueiro...”

- B) “A idéia de *que* o Poder Público deve garantir um mínimo de renda a todos os cidadãos [...] deixa ainda muita gente arrepiada...”
- C) “Ainda há países em *que* os candidatos a presidente devem pertencer a determinada religião...”
- D) “... todos os tipos de luta foram travados para *que* se ampliasse o conceito e a prática de cidadania...”

Questão 17

“Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais [...]: o direito à educação, [...] a uma velhice tranqüila.” (linhas 4-7)

É **CORRETO** afirmar que o sinal gráfico empregado na palavra destacada nessa frase é denominado

- A) acento agudo.
- B) acento grave.
- C) crase.
- D) trema.

Questão 18

“Desse momento em diante, todos os tipos de luta foram travados para que se ampliasse o conceito e a prática de cidadania e o mundo ocidental *os* estendesse para mulheres, crianças, minorias nacionais...” (linhas 45-47)

É **CORRETO** afirmar que o gênero e o número do pronome destacado nesse período se devem ao fato de que ele substitui a expressão

- A) “mulheres, crianças, minorias nacionais”.
- B) “o conceito e a prática da cidadania”.
- C) “o mundo ocidental”.
- D) “todos os tipos de luta”.

➤ Noções de Direito

Questão 19

Segundo o que dispõe a Constituição da República sobre o Poder Legislativo, é **INCORRETO** afirmar que

- A) a disciplina sobre elaboração, redação, alteração e consolidação das leis deve constar de Lei Complementar.
- B) a representação de cada Estado e do Distrito Federal no Senado é renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços.
- C) cada Estado e, também, o Distrito Federal elegem três Senadores, com mandato de 8 anos.
- D) o número total de Deputados Federais e a representação por Estado, por território e pelo Distrito Federal, são definidos em Lei Complementar.

Questão 20

Com observância dos requisitos da Constituição da República, Pedro Brasil é nomeado Ministro de Estado da Defesa.

Considerando-se essa hipótese, é **INCORRETO** afirmar que

- A) algumas atribuições do Presidente da República podem ser outorgadas ou delegadas a Pedro.
- B) o mandado de segurança contra ato praticado pelo novo Ministro é julgado pelo Supremo Tribunal Federal.
- C) Pedro é brasileiro nato.
- D) Pedro é maior de 21 anos.

Questão 21

De acordo com a disciplina do Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de Minas Gerais, analise estas afirmativas:

- I. A criação de cargo público depende sempre de lei.
- II. As atribuições inerentes a uma carreira funcional podem ser indistintamente cometidas aos funcionários de suas diferentes classes.
- III. Os cargos isolados não integram classes.

A partir dessa análise, pode-se concluir que

- A) apenas a afirmativa I está correta.
- B) apenas a afirmativa II está correta.
- C) apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- D) as três afirmativas estão corretas.

Questão 22

Considerando o que prevê o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, analise estas afirmativas:

- I. A avaliação de Juiz de Direito para fins de vitaliciamento constitui competência da Corregedoria-Geral de Justiça.

- II. A elaboração do Regimento Interno do Tribunal de Justiça, que é veiculado por resolução, é da competência da Corte Superior.
- III. O julgamento de recurso contra decisão de Juiz de Direito que impõe pena disciplinar é da competência da Corte Superior.

A partir dessa análise, pode-se concluir que

- A) apenas a afirmativa I estiver correta.
- B) apenas a afirmativa II estiver correta.
- C) apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- D) as três afirmativas estão corretas.

Questão 23

Considerando o que dispõe a Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Minas Gerais sobre o regime disciplinar dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, analise estas afirmativas:

- I. A pena de advertência será aplicada por escrito ou oralmente, dependendo da gravidade da infração cometida e dos danos que provierem para o Serviço Público.
- II. A pena de suspensão não poderá exceder a 90 dias.
- III. O servidor inativo não é passível de punição disciplinar.

A partir dessa análise, pode-se concluir que

- A) apenas a afirmativa I está correta.
- B) apenas a afirmativa II está correta.
- C) apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- D) as três afirmativas estão corretas.

Questão 24

Tem sido veiculada na imprensa de todo o País a realização de referendo concernente à proibição de comercialização de armas de fogo.

É **INCORRETO** afirmar que o instituto do referendo

- A) pressupõe a existência prévia de ato ou medida de governo.

- B) se trata de instrumento de participação direta do povo na formação dos atos de governo.
- C) se trata de instrumento previsto na Constituição da República.
- D) se trata de instrumento utilizado, entre outros fins, para submeter à vontade popular a formação de novos Estados e Municípios.

Questão 25

Considerando-se o que determina a Constituição da República sobre a organização do Poder Judiciário, é **INCORRETO** afirmar que

- A) a jurisdição própria das Varas do Trabalho em Comarcas onde estas não forem instituídas poderá ser atribuída a juízes de direito.
- B) as leis e atos normativos do Poder Público só podem ser declarados inconstitucionais pelo voto da maioria absoluta dos membros do Tribunal competente.
- C) o ingresso da carreira da Magistratura, cujo cargo inicial é o de Juiz Substituto, se dá mediante concurso público, exigindo-se do Bacharel em Direito, pelo menos, três anos de atividade jurídica.
- D) o Poder Judiciário é dotado de autonomia administrativa e financeira.

Questão 26

Consoante a Lei Federal que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis, é **INCORRETO** afirmar que

- A) é facultativa a assistência de advogado nas causas de valor até 20 salários mínimos.
- B) poderá ser verbal, inclusive para a concessão de poderes especiais, o mandato ao advogado.
- C) não se admite no processo qualquer forma de intervenção de terceiros nem de assistência.
- D) não se admite que pessoas jurídicas proponham ação perante o Juizado Especial.

Questão 27

Determinado Município do Estado de Minas Gerais possui 22 mil habitantes.

Considerada a hipótese, é **CORRETO** afirmar que esse Município

- A) deverá contar, obrigatoriamente, com órgão da Defensoria Pública, caso se constitua em Comarca.
- B) terá sua Câmara Municipal composta de, no máximo, 19 Vereadores.
- C) não poderá despende mais que 3% de sua receita com a remuneração dos Vereadores.
- D) não preenche o requisito de população mínima para se constituir, isoladamente, em Comarca.

Questão 28

Nomeado já na vigência da Constituição da República de 1988, Fulano de Tal é Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Considerando-se essa situação, é **INCORRETO** afirmar que o Ministro Fulano de Tal

- A) foi nomeado pelo Presidente da República após a aprovação de seu nome pelo Senado Federal.
- B) goza de garantia da irredutibilidade de subsídios, nos termos da Constituição.
- C) pode ser também, e concomitantemente, membro do Tribunal Superior Eleitoral.
- D) tem, no mínimo, 35 e, no máximo, 65 anos de idade.

Questão 29

Segundo o que dispõe a Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Minas Gerais sobre o Tribunal do Júri, é **CORRETO** afirmar que

- A) compete aos jurados aplicar o direito, a partir dos quesitos que lhes forem formulados.
- B) é de primeiro grau a jurisdição exercida pelo Tribunal do Júri.
- C) funciona o Tribunal do Júri em qualquer dos Municípios que compõem a Comarca.
- D) será convocado o Tribunal do Júri a se reunir, independentemente da existência de processo a ser julgado, mensalmente na comarca de Belo Horizonte e bimestralmente nas demais.

Questão 30

Segundo determina a Constituição da República, os dois cidadãos que compõem o Conselho Nacional de Justiça são indicados

- A) ambos pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- B) ambos pelo Supremo Tribunal Federal.
- C) um pela Câmara dos Deputados e o outro pelo Senado Federal.
- D) um pelo Presidente da República e o outro pelo Congresso Nacional.

Questão 31

Com base no que determina a Constituição do Estado de Minas Gerais, é **CORRETO** afirmar que o Procurador-Geral de Justiça

- A) é escolhido entre os Procuradores e Promotores de Justiça que gozem de vitaliciedade.
- B) é nomeado pelo Governador do Estado, que, também, lhe dá posse.
- C) exerce mandato de dois anos, vedada a recondução.
- D) pode ser destituído por deliberação da Assembléia Legislativa ou decisão do Governador do Estado.

Questão 32

Considerando-se a previsão constitucional sobre a composição da Assembléia Legislativa, é **CORRETO** afirmar que, se, na Legislatura em curso, o número de Deputados Estaduais é de 77, a atual representação do Estado na Câmara dos Deputados é de

- A) 36 Deputados Federais.
- B) 41 Deputados Federais.
- C) 48 Deputados Federais.
- D) 53 Deputados Federais.

Questão 33

Considerando-se o previsto na Constituição da República, é **CORRETO** afirmar que o direito fundamental de obtenção de informações de órgãos públicos é

- A) absoluto, porque as normas definidoras de direitos e garantias fundamentais não podem sofrer restrições.
- B) absoluto, porque não sofre ressalva expressa da Constituição.

- C) relativo, porque não compreende as informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- D) relativo, porque, submetido a lei regulamentadora, pode ser por esta restringido e não tem aplicação imediata.

Questão 34

De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, a aplicação da pena de perda de delegação aos delegatários de serviços notariais e de registro está corretamente classificada e atribuída como

- A) competência administrativa do Conselho da Magistratura.
- B) competência administrativa do Presidente do Tribunal de Justiça.
- C) competência jurisdicional da Corregedoria Geral de Justiça.
- D) competência jurisdicional da Corte Superior.

Questão 35

De acordo com o que determina o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, é **CORRETO** afirmar que entre os órgãos necessariamente integrados pelo Presidente desse Tribunal, **NÃO** se inclui

- A) a Câmara Especial de Férias.
- B) a Comissão Examinadora de Concurso para Ingresso na Magistratura.
- C) o Conselho da Magistratura.
- D) o Tribunal Pleno.

Questão 36

Considerando-se o que determina a Constituição da República, é **CORRETO** afirmar que o alistamento eleitoral é vedado

- A) aos analfabetos e, durante o período do serviço militar obrigatório, aos conscritos.
- B) aos estrangeiros e aos militares em atividade.
- C) aos estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, aos conscritos.
- D) aos menores de 16 anos e aos militares em atividade.

Questão 37

É **CORRETO** afirmar que, segundo determina a Constituição da República, independe de Lei Complementar a disciplina sobre

- A) a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, no âmbito da Administração Pública.
- B) a criação de territórios federais, bem assim sua transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem.
- C) o direito do trabalhador à indenização compensatória, no caso de dispensa arbitrária ou sem justa causa.
- D) o estabelecimento de casos de inelegibilidade, além daqueles previstos na Constituição, e os prazos de sua cessação.

Questão 38

Consoante o que prevê a Constituição da República sobre a família, a criança, o adolescente e o idoso, é **INCORRETO** afirmar que

- A) a adoção será assistida pelo Poder Público vedada sua efetivação por parte de estrangeiros.
- B) o casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.
- C) os menores de 18 anos são penalmente inimputáveis e sujeitos às normas da legislação especial.
- D) os programas de amparo aos idosos serão executados, preferencialmente, em seus lares.

➤ **Conhecimentos Específicos**

➤ **Direito Constitucional**

Questão 39

É **CORRETO** afirmar que, entre os órgãos do Poder Judiciário brasileiro, se inclui

- A) a Procuradoria Geral da República.
- B) o Conselho Nacional de Justiça.
- C) o Conselho Nacional do Ministério Público.
- D) o Tribunal de Contas da União.

Questão 40

É **CORRETO** afirmar que, entre os órgãos de segunda instância do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, se inclui o

- A) Tribunal de Alçada do Estado de Minas Gerais.
- B) Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.
- C) Tribunal do Júri.
- D) Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.

Questão 41

Considerando-se as seguintes garantias constitucionais, é **CORRETO** afirmar que, perante o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, a **única** que **NÃO** exige advogado para sua proposição é

- A) a ação popular.
- B) o *habeas corpus*.
- C) o mandado de segurança.

D) o mandado de segurança coletivo.

Questão 42

É **INCORRETO** afirmar que compete ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais

- A) eleger seus Órgãos Diretivos.
- B) organizar suas Secretarias e Serviços Auxiliares.
- C) promulgar a Lei de Organização Judiciária do Estado.
- D) prover os cargos de Juiz de Direito.



Direito Administrativo

Questão 43

Considerando-se os princípios do Direito Administrativo, é **INCORRETO** afirmar que

- A) a Emenda Constitucional nº 19/98, ao acrescentar o **princípio da eficiência** à relação contida no art. 37 da Constituição da República, fez surgir para a Administração Pública a obrigação de ser eficiente.
- B) o **princípio da impessoalidade** deve ser respeitado nas relações da Administração Pública com os administrados e, também, com o próprio administrador público.
- C) o **princípio da legalidade** é uma garantia dos administrados contra abusos da Administração Pública.
- D) o **princípio da razoabilidade**, embora não explicitado no art. 37 da Constituição da República, integra o regime jurídico-administrativo.

Questão 44

Considerando-se o regime dos servidores públicos estabelecido na Constituição da República, é **CORRETO** afirmar que

- A) a estabilidade é adquirida após dois anos de efetivo exercício em cargo de provimento efetivo.
- B) o provimento de alguns cargos públicos independe de concurso público.
- C) os servidores públicos estão submetidos, obrigatoriamente, ao Regime Jurídico Único.
- D) os servidores públicos estáveis não podem perder o cargo.

Questão 45

É **CORRETO** afirmar que, se sofrer dano em decorrência do exercício da atividade administrativa, o particular terá direito a indenização somente se for comprovado(a)

- A) a culpa do agente público envolvido.
- B) a ocorrência do dano e o nexa causal entre ele e a atividade administrativa.
- C) a possibilidade de a Administração Pública exercer o direito de regresso contra o servidor responsável.
- D) o dolo do agente público envolvido.



Direito Civil

Questão 46

Considerando-se o que determina o Código Civil vigente em relação ao transporte de pessoas, é **CORRETO** afirmar que

- A) a responsabilidade contratual do transportador por acidente com o passageiro é elidida por culpa de terceiro.
- B) o contrato gratuito, por cortesia ou amizade, quando feito por transportadora, se subordina às normas do contrato de transporte.
- C) o prejuízo sofrido pelo passageiro não propiciará indenização quando for atribuível à transgressão de normas e instruções regulamentares.
- D) o transporte gratuito, feito sem remuneração, se submete às regras do contrato de transporte, quando o transportador auferir vantagem indireta.

Questão 47

Considerando-se o que determina o Código Civil em relação ao seguro de pessoas, é **CORRETO** afirmar que

- A) o companheiro não pode ser indicado como beneficiário, se, à época do contrato, o segurado era separado do cônjuge apenas de fato.
- B) o cônjuge, ascendente ou descendente, não pode fazer seguro da vida do esposo, de filhos ou de pais, sem comprovar legítimo interesse.
- C) o segurador não pode subrogar-se nos direitos e ações do segurado, ou beneficiário, contra o causador do sinistro.
- D) o segurador, se não estipular prazo de carência, de forma expressa, deverá, à falta de norma a respeito, pagar o seguro caso o segurado suicide nos primeiros dois anos.

Questão 48

Marialva, com 22 anos, e Antônio, com 26 anos, casaram-se sob o regime consensual de separação de bens e tiveram um filho. Quando este estava com dois meses de vida, Marialva engravidou novamente. Estando ela com seis meses de gravidez, seu marido veio a falecer em acidente de trânsito. Ao receber a notícia, Marialva, passou mal e o filho nasceu, deu um suspiro e morreu.

Considerando-se o que determina o Código Civil vigente, é **CORRETO** afirmar que, em relação ao **único** imóvel adquirido pelo marido na constância do casamento, Marialva

- A) receberá um terço da herança que couber aos descendentes.
- B) não será sucessora legítima, pois não pode concorrer com o filho.
- C) não será sucessora legítima, porque era casada com separação de bens.
- D) não será sucessora por direito de representação.

➤ **Direito Processual Civil**

Questão 49

Considerando-se o que determina o Código de Processo Civil, é **CORRETO** afirmar que

- A) o **agravo de instrumento** é a modalidade recursal específica a ser manejada contra toda decisão interlocutória proferida em primeira instância.
- B) o **recurso** é uma espécie de remédio processual e o recorrente tem ampla liberdade para escolher a modalidade a ser manejada, independentemente de expressa previsão legal.
- C) o **recurso** é uma espécie de remédio processual que ocorre, sempre, endoprocessualmente, mas não, necessariamente, nos mesmos autos.
- D) o **recurso especial** é a modalidade recursal específica a ser manejada na hipótese da existência de julgados divergentes de câmaras de um mesmo tribunal, com o objetivo de resguardar a harmonia na aplicação da lei federal.

Questão 50

Considerando-se a determinação legal concernente a esta matéria, é **CORRETO** afirmar que,

- A) se a parte for a Fazenda Pública ou o Ministério Público, os prazos para contestar e para recorrer deverão ser contados em dobro.
- B) se, da decisão, forem opostos embargos de declaração, como previsto no art. 535 do Código de Processo Civil, o prazo para a interposição de quaisquer outros recursos será interrompido.
- C) se existirem litisconsortes com procuradores diferentes, os prazos para contestar e para recorrer serão simples.
- D) se o *dies a quo* coincidir com um feriado, o início do prazo não deverá ser postergado para o primeiro dia útil.

Questão 51

Considerando-se as hipóteses de suspensão e de extinção processuais previstas no Código de Processo Civil, é **INCORRETO** afirmar que o processo

- A) será extinto quando for realizada convenção de arbitragem.
- B) será extinto quando, por negligência das partes, ficar parado por período superior a um ano.
- C) será suspenso por convenção das partes, por período que não ultrapasse o prazo de seis meses.
- D) será suspenso, por período que não ultrapasse o prazo de um ano, quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias.



Direito Penal e Processual Penal

Questão 52

Considerando-se as determinações legais, é **INCORRETO** afirmar que a legítima defesa pode ser alegada quando a agressão for praticada por

- A) indivíduos com mais de 70 anos.
- B) loucos de todo gênero.
- C) quaisquer animais.
- D) sujeitos considerados imputáveis.

Questão 53

É **CORRETO** afirmar que o Tribunal do Júri é competente para julgar os crimes cometidos

- A) com dolo contra a pessoa.
- B) com dolo contra a vida.
- C) com dolo ou culpa contra a pessoa.
- D) com dolo ou culpa contra a vida.

Questão 54

Tício, durante uma discussão com Mévia, sua esposa, desfere-lhe um disparo de arma de fogo, que a atinge na altura do pescoço. Mévia, apesar de ferida, permanece com vida. No momento em que a vê ensangüentada, Tício, arrependido de haver efetuado o disparo, deixa de prosseguir na execução do crime de homicídio e leva a esposa ao hospital mais próximo. O ferimento não afeta qualquer órgão, sentido ou função de Mévia, causando-lhe apenas ferimentos de natureza leve.

Considerando-se o caso descrito, é **CORRETO** afirmar que a conduta de Tício deve ser tipificada como

- A) homicídio simples, na modalidade tentada.
- B) lesões corporais graves.
- C) lesões corporais graves, na modalidade tentada.
- D) lesões corporais leves.

Questão 55

Considerando-se a nulidade absoluta ocorrida no curso de um processo penal, é **CORRETO** afirmar que tal nulidade

- A) pode ser declarada, de ofício, pelo Magistrado e argüida por quaisquer das partes, mas nunca após o trânsito em julgado da sentença.
- B) pode ser suscitada apenas pelo representante do Ministério Público.
- C) pode ser suscitada pela Defesa, após o trânsito em julgado de sentença condenatória.
- D) não pode ser declarada, de ofício, pelo Magistrado, por ferir o princípio do *ne proceda iudex ex officio*.

Questão 56

Considerando-se o que determina a doutrina majoritária, é **CORRETO** afirmar que o injusto penal consiste em uma conduta

- A) apenas típica.
- B) apenas típica e ilícita.
- C) típica, ilícita e culpável.
- D) atípica.

Questão 57

É **CORRETO** afirmar que, à luz do que determina o Código de Processo Penal no que concerne à ação penal de iniciativa privada,

- A) a **perempção** ocorrerá quando o querelante, após o início da ação, deixar de promover o andamento do processo durante 30 dias seguidos.
- B) a **renúncia ao direito de queixa** por parte do ofendido maior de 21 anos não impede que seu representante legal possa exercitá-la.
- C) o **perdão do ofendido ao ofensor** poderá ser processual ou extraprocessual.
- D) o **perdão do ofendido ao ofensor** só é possível antes do início da ação penal.

➤ **Legislação Especial**

Questão 58

Analise estas afirmativas referentes ao Estatuto da Criança e do Adolescente — Lei nº 8.069/90 — e ao Estatuto do Idoso — Lei nº 10.741/03:

- I. A autorização judicial não é exigida para a viagem de criança para fora da comarca onde reside, dentro do território nacional, se estiver acompanhada de ascendente ou colateral até o segundo grau.
- II. A liberdade assistida aplicada ao adolescente por força de remissão, quando revista, de ofício pelo Juiz, não pode ser substituída por semiliberdade ou por internação, salvo se se instaurar o devido processo legal.
- III. A maioria penal adquirida após a prática de ato infracional não obsta a imposição de medida socioeducativa — inclusive a internação —, desde que o infrator ainda não tenha atingido a idade de 21 anos.
- IV. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) está entre os órgãos legitimados para a proposição de ações cíveis fundadas em interesses difusos, coletivos, individuais indisponíveis ou homogêneos próprios dos idosos.

A partir dessa análise, pode-se concluir que

- A) apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- B) apenas as afirmativas III e IV estão corretas.
- C) apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- D) as quatro afirmativas estão corretas.

Questão 59

Analise estas afirmativas referentes aos Juizados Especiais Cíveis e Criminais:

- I. A composição dos danos civis no Juizado Especial Criminal é homologada por sentença irrecorrível.

- II. A Lei nº 9.099/95, que regula o procedimento dos Juizados Especiais Criminais dos Estados e do Distrito Federal, aplica-se aos crimes previstos na Lei nº 10.741/03 — Estatuto do Idoso —, cuja pena máxima privativa de liberdade não ultrapasse quatro anos.
- III. A sentença de primeiro grau do Juizado Especial Cível não pode condenar o vencido ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios.
- IV. A sentença do Juizado Especial Criminal e a decisão que acolher ou rejeitar a denúncia ou queixa estão sujeitas à apelação.

A partir dessa análise, pode-se concluir que

- A) apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- B) apenas as afirmativas III e IV estão corretas.
- C) apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- D) as quatro afirmativas estão corretas.

Questão 60

Analise estas afirmativas referentes ao Código de Defesa do Consumidor — Lei nº 8.078/90:

- I. A prática por servidor público de qualquer crime previsto no Código de Defesa do Consumidor, prevalecendo-se da fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em

vista a idade, a saúde, o conhecimento ou a condição social deste, gera a incidência de apenas uma circunstância agravante.

- II. A quantidade ou a qualidade que torna o produto impróprio para o consumo, gerando vício, pode ser sanada, pelo fornecedor, no prazo máximo e improrrogável de 30 dias, antes que o consumidor possa optar, alternativamente, pela substituição do produto ou pela restituição da quantia paga.
- III. O Código de Defesa do Consumidor, ao versar sobre a desconsideração da personalidade jurídica, determina que as sociedades coligadas só respondem por culpa, devendo as consorciadas responder solidariamente pelas obrigações nele previstas.
- IV. O ônus da prova da veracidade e correção da informação ou comunicação publicitária, em se tratando de alegação pelo consumidor de publicidade enganosa ou abusiva, cabe a quem as patrocina.

A partir dessa análise, pode-se concluir que

- A) apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- B) apenas as afirmativas III e IV estão corretas.
- C) apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- D) as quatro afirmativas estão corretas.

FOLHA DE RESPOSTAS (RASCUNHO)

	A	B	C	D
01	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	A	B	C	D
02	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	A	B	C	D
03	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	A	B	C	D

	A	B	C	D
21	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	A	B	C	D
22	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	A	B	C	D
23	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	A	B	C	D

	A	B	C	D
41	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	A	B	C	D
42	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	A	B	C	D
43	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	A	B	C	D

AO TRANSFERIR ESSAS MARCAÇÕES PARA A FOLHA DE RESPOSTAS, OBSERVE AS INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS DADAS NA CAPA DA PROVA.

USE CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL OU PRETA.

Técnico Judiciário/Técnico Judiciário
Código 103

Gabarito

01: C	11: B	21: D	31: B	41: B	51: D
02: B	12: D	22: B	32: D	42: C	52: D
03: D	13: A	23: B	33: C	43: A	53: B
04: C	14: B	24: D	34: B	44: B	54: D
05: C	15: A	25: B	35: A	45: B	55: C
06: B	16: C	26: B	36: C	46: D	56: B
07: D	17: B	27: A	37: A	47: C	57: A
08: D	18: B	28: D	38: A	48: D	58: B
09: B	19: D	29: B	39: B	49: C	59: A
10: B	20: B	30: C	40: B	50: B	60: C